

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO / Educação Integral – Uma possibilidade de avanço na educação do Estado da Bahia

EDUCATION PLUS PROGRAM / WHOLE EDUCATION – THE
POSSIBILITY OF ADVANCE IN EDUCATION OF BAHIA STATE

Ana Araújo de Vasconcelos¹

Trabalho de Conclusão de Curso da Turma I da Graduação Tecnológica em Gestão Pública e Gestão Social da Escola de Administração/CIAGS da Universidade Federal da Bahia. Enquadramento no Multidisco TCC: Eixo temático: Ensino e pesquisa em Gestão Pública e Gestão Social; Tipologia: Avaliação e monitoramento; Orientação: Profa. Dra. Tânia Fischer. Depósito: Biblioteca do CIAGS/EAUFBA, 2011.

Palavras-chave: Educação integral; Gestão educacional, SEC/BA.

Keywords: Whole Education; Educational Management; SEC/BA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Mais Educação - PME é uma estratégia do governo federal para implantar educação integral nos estados e municípios. Este projeto de intervenção cujo tema é “O Programa Mais Educação: Limites e possibilidades no contexto educacional baiano” objetiva corrigir o percurso do PME como ferramenta de apoio à melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB da Bahia. Foi desenvolvido a partir de reflexões e análises sobre educação integral com base no pensamento de Anísio Teixeira; na observação participante e na análise da proposta do programa que visa assegurar a proteção social e o direito de aprender em íntima relação com as áreas de esportes, cultura, arte, acompanhamento pedagógico e outras, a partir do diálogo com o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola, e da ampliação de tempos e espaços de aprendizagens.

É importante ressaltar que o PME iniciou em 2008 atendendo 130 escolas, em 2011, 527, aportando neste triênio aproximadamente 80 milhões de reais, o que mostra quanto o MEC tem investido na Bahia com o propósito de melhorar a qualidade da educação e quão amplo e crescente é o alcance de atendimento, de

¹ Licenciada em Língua Portuguesa; Especialista em Educação Profissional; Tecnóloga em Gestão Pública e Social; Técnica da Coordenação de Ensino Fundamental da SEC/BA; Mestranda em Desenvolvimento e Gestão Social CIAGS/EADM/UFBA. E-mail: ojuara1967@yahoo.com.br.

forma que para 2012 já foi autorizada pelo MEC a expansão para aproximadamente 900 escolas o que corresponde a quase 2/3 da rede estadual.

O objetivo principal é refletir como a Secretaria de Educação do Estado pode conduzir as ações do Programa Mais Educação de forma a oportunizar a elevação da qualidade da educação fundamental básica, e, por conseguinte, a melhoria nos indicadores do IDEB. A primeira tarefa foi mapear as ações do programa que podem oportunizar esta melhoria e como resultado chegou-se às seguintes conclusões:

A gestão do programa dentro secretaria é débil. Isto fragiliza a articulação intersetorial, o diálogo com o MEC e com as escolas. A falta de gerenciamento das ações implica na falta de controle e, por conseguinte, na ausência de mecanismos de avaliação e acompanhamento, principalmente no tocante a utilização correta do erário público.

Outro ponto observado foi a gestão do PME nas escolas, o que se indica o diferencial, pois naquelas cuja gestão é democrática, participativa, onde há comprometimento em articular o PME com o PPP da escola, o resultado qualitativo é bem expressivo, sendo refletido inclusive no IDEB, na satisfação da comunidade escolar, no processo ensino-aprendizagem, na confiança na escola e principalmente na auto-estima dos alunos e redução da violência dentro e fora desta.

Não foi identificado indicador interno da SEC que acompanhe e/ou controle a qualidade do programa com vista a oportunizar a melhoria da educação, o que é lamentável, pois com a capilarização no interior do estado e o crescente debate acadêmico acerca da relevância social da Educação Integral gerando base de desenvolvimento para os territórios, isto pode ter sérias consequências.

A principal proposição apresentada aqui é que os entraves identificados sejam convertidos em soluções e, para tanto, a primeira ação seria instituir uma coordenação específica do PME no organograma da SEC, talvez ligada diretamente ao Secretário para agilizar resultados e executar a gestão verticalizada uma vez que o objeto em questão é de extrema relevância.

Outra proposição é investir em análise da sustentabilidade do programa. Sabe-se que o PME é financiado por transferências voluntárias de diversos ministérios com data para término. O estado, partindo do FUNDEB, precisa desenvolver estudos para criar um fundo de sustentabilidade para a Educação Integral, algo tipo PDDE estadual, descentralizando recursos diretamente na escola, conservando assim sua autonomia de gestão.